

“Como um peixe fora d’água”: Narrativa de um estudante trans não-binário no curso de Licenciatura em Música na Universidade Federal do Rio Grande do Norte

GTE 18 - Gênero, Sexualidade, Interseccionalidade e/m Educação Musical

Comunicação

*Jo Muniz da Silva
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN¹)
jonzitoliver@gmail.com*

*Yanaêh Vasconcelos Mota
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS²)
yanaeh01@gmail.com*

Resumo: Neste texto, destacamos as experiências e perspectivas em ser alune trans não-binário no curso de licenciatura em música na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Com inspiração em aportes da pesquisa (auto)biográfica, buscamos responder perguntas específicas sobre transgeneridade e música, tais como: Como as pessoas trans se percebem na universidade? Quais foram suas experiências na área de música? Como tem sido o processo de pessoas trans para se afirmarem dentro do espaço acadêmico? Quais são as expectativas de atuação profissional? Sendo assim, o relato foi coletado por entrevista narrativa realizada em 2019, após o primeiro semestre de contatos entre autore e coautora. A partir das reflexões compartilhadas por Jon, consideramos serem necessários debates e estudos aprofundados sobre transgeneridade na Educação Musical.

Palavras-chave: Transgeneridade; Não-binaridade; Formação acadêmica.

1 INTRODUÇÃO

Em minha época como discente no curso de Mestrado em Música do Programa de Pós-Graduação em Música da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, eu, segunda autora deste texto, tive a oportunidade de imergir no contexto de formação de professores/as da área. Com olhar sensibilizado pelas leituras demandadas por minha pesquisa³, pude refletir sobre gênero e sexualidade – além de outras dimensões interseccionais – a partir de minha

¹ Bolsista PIBID.

² Bolsista CAPES.

³ Intitulada “Não se nasce professora, torna-se professora: um estudo sobre gênero e diversidade sexual no desenvolvimento profissional docente de duas professoras universitárias de violoncelo” (MOTA, 2020). A pesquisa foi realizada no Programa de Pós-Graduação em Música da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e financiada pela CAPES. A pesquisa foi orientada pela professora Dra. Valéria Carvalho e coorientada pelo professor Dr. Mário André Wanderley Oliveira.

participação no GRUMUS⁴ e meu estágio docente (docência assistida), realizado na própria Escola de Música da UFRN (EMUFRN), durante o primeiro semestre de 2019.

No meu primeiro dia de aula na disciplina em que estagiei, ao fazer a chamada, fui informada por algumas pessoas na turma que o penúltimo nome que constava na lista deveria ser substituído por outro. Assim, marquei o nome e coloquei, ao lado, Jon⁵. Elu se identifica como uma pessoa trans não-binária⁶. Durante o decorrer do semestre, estive observando durante meu processo de pesquisa as mulheres (cisgêneras⁷) professoras de música no ensino superior. Durante o estágio, busquei entender o território cisgênero e heteronormativo⁸ em que estava imbuída. Muitas questões afluíram, a partir das minhas vivências em sala de aula e leituras: como as pessoas trans (não-cis) se percebem na universidade? Quais foram suas experiências na área de música? Como é o processo de pessoas trans para se afirmarem no espaço acadêmico? Quais são suas expectativas de atuação profissional?

Todas as perguntas que eu havia formulado foram feitas a uma única pessoa, que gentilmente aceitou participar da elaboração desta comunicação: Jon/Jo. Neste texto, especificamente, destacamos as experiências e perspectivas em ser alune no curso de licenciatura em música na EMUFRN. Com inspiração em aportes da pesquisa (auto)biográfica, o relato, aqui sintetizado, foi coletado por entrevista narrativa realizada em 2 de julho de 2019, após o primeiro semestre de contatos entre professora e alune.

2 CONTEXTO: ENSINO SUPERIOR E VIOLÊNCIA

A história do ensino superior brasileiro é marcada, desde sua instituição, por intensas desigualdades raciais, de gênero e de classe. Elas “refletem, como espelhos, as desigualdades e a distribuição desigual do poder na sociedade” (TREVISOL; NIEROTKA, 2016, p. 23). No

⁴ Sobre as ações do Grupo de Estudos e Pesquisa em Música da UFRN (GRUMUS), ver: Oliveira et al. (2020).

⁵ Jon optou por não utilizar o recurso de pseudônimo. Como pessoa não-binária, seus pronomes são ele/elu; dele/delu.

⁶ “Trans” é abreviação para o “transgênero”: “conceito ‘guarda-chuva’ que abrange o grupo diversificado de pessoas que não se identificam, em graus diferentes, com comportamentos e/ou papéis esperados do gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento” (JESUS, 2012, p. 25). Não-binária: pessoa que não se identifica com os gêneros binários (homem/mulher).

⁷ “Chamamos de cisgênero, ou de “cis”, as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído quando ao nascimento” (JESUS, 2012, p. 10).

⁸ Heteronormatividade “é uma denominação contemporânea para o dispositivo histórico da sexualidade que evidencia seu objetivo: formar todos para serem heterossexuais ou organizarem suas vidas a partir do modelo supostamente coerente, superior e “natural” da heterossexualidade” (MISKOLCI, 2009, p. 157).

entanto, nos últimos 20 anos, o perfil discente tem se modificado, devido a ações como o Programa Expandir, a Política de Cotas, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), o Programa Universidade Para Todos (ProUni) e o Financiamento Estudantil (FIES). Essa expansão ampliou o atendimento às parcelas sociais historicamente excluídas (ROSA, 2014, p. 245). No caso específico da região Nordeste, região na qual está localizada a EMUFRN, “a criação de novas Universidades e a expansão de IES [Instituições de Ensino Superior] já consolidadas indicam uma mudança significativa no quadro da educação superior pública”, pois é uma região em que a “marca da pobreza e da falta de investimentos educacionais sempre foram latentes” (REIS, 2020, p. 32).

De acordo com o Censo do Ensino Superior (INEP, 2020), o Brasil tem 8,6 milhões de estudantes de graduação com matrícula em instituições de ensino superior. Deste número, 2 milhões (24,2%) estão em cursos de graduação em instituições públicas brasileiras, o que representa 0,9% da população geral do país. Sobre este pequeno percentual que se apresenta apesar da expansão do acesso ao ensino superior, é interessante observar que o acesso e permanência têm relação direta com a classe social (condições socioeconômicas), mas também com outros recortes tais como a raça e gênero (FREITAS; OLIVEIRA, 2020; HERINGER, 2018; REIS, 2020; ROSA, 2014; SALES, 2019; SILVA, J. 2020; SILVA, T. D., 2020; TREVISOL; NIEROTKA, 2016). Por isso, é importante refletir sobre os corpos que acessam, permanecem ou evadem do espaço acadêmico que, historicamente, insistiu em “valorizar um único componente civilizatório – simultaneamente, branco, masculino e heterossexual” (JUNQUEIRA, 2007, p. 18).

Dentro desse panorama, é fundamental pensarmos em como as pessoas trans vivem o ensino superior, quando vivem o ensino superior, pois estudantes transgêneros representam apenas cerca de 0,1% do total de estudantes das instituições federais de ensino superior (ANDIFES, 2018, p. 51). A invisibilização de corpos trans nas universidades está intrinsecamente relacionada às violências às quais estão submetidos, pois “não estar em conformidade com a heteronormatividade é estar sujeito a sofrer diversas violações de direitos” (BRASIL, 2018, p. 74). Segundo Bruna Benevides e Sayonara Nogueira (2018, p. 31), menos de 10% da população trans feminina se encontra em empregos formais e 90% da população de travestis e mulheres transexuais tem na prostituição como principal fonte de renda. Pessoas trans são excluídas da família e da escola: 13 anos é a média em que travestis e mulheres transexuais são expulsas de casa pelos pais; 72% da população não possuem o

ensino médio e 56% o ensino fundamental (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2019, p. 32). Especificamente, em relação à população transmasculina, estima-se que, pelo menos, 80% da população tenha concluído o ensino médio e “seja a maior parcela da população trans nos empregos formais, com índices superiores a 70%” (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021, p. 45). Não foram encontrados dados específicos sobre pessoas não-binárias na educação.

A expectativa de vida de uma pessoa trans é de 35 anos, enquanto a média da população cis é o dobro. Em uma situação geral, o Brasil tem 41% de todos os assassinatos de pessoas trans do mundo. Conforme os dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), a média de assassinatos da população trans é de 122,5 por ano (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021, p. 32). Essa violência é ainda maior quando a pessoa trans é preta ou parda. De acordo com Benevides e Nogueira (2021, p. 49), dos assassinatos de pessoas trans em 2020, 78% das vítimas era uma pessoa negra (preta ou parda).

A realidade de pessoas trans e não é facilmente percebida – ou é completamente ignorada – por pessoas cis, mergulhadas em sua(s) realidade(s) cisheteronormativas. O desconhecimento das vivências trans integra o CISTema que produz “‘hierarquias epistêmicas’ em que [...] perspectivas não cisgêneras são excluídas, minimizadas, ou silenciadas” (GROSGOUEL, 2012, p. 339 apud VERGUEIRO, 2015, p. 15).

3 METODOLOGIA

O relato, aqui sintetizado, foi coletado por entrevista narrativa em 2 julho de 2019, após o primeiro semestre de contatos entre nós durante a disciplina Metodologia da Pesquisa em Música do curso de licenciatura em música da EMUFRN. A entrevista narrativa foi registrada em áudio com duração de 63 minutos. Foi solicitado ao colaborador e primeiro autore deste trabalho, previamente, a escolha do espaço para a realização do momento da narrativa. Jon se sentiu confortável em me encontrar na sala do GRUMUS.

Juntas, localizamos as proposições da entrevista narrativa dentro da abordagem de pesquisa qualitativa, bem como da perspectiva (auto)biográfica que “possibilita reflexões sobre a vida, a formação, as trajetórias individuais e coletivas, bem como sobre o respeito à liberdade, autonomia e democracia individual e social” (SOUZA, 2007, p. 40). Dessa forma, adotamos a perspectiva (auto)biográfica, utilizando, como instrumento de coleta de material, a já referida entrevista narrativa. É importante salientar que as pesquisas desenvolvidas neste

bojo, pensam a pessoa e sua capacidade de autopoiesis (produção de si) caracterizando, assim, sua individualidade (JOSSO, 2004, p. 21).

Após o registro em áudio da entrevista narrativa, a segunda autora desta comunicação transcreveu em texto tentando manter nuances da fala, bem como seus silêncios e alterações.

4 “O QUE É QUE EU SOU?”: NARRATIVA DE JON⁹

Eu, autore desta comunicação, sou uma pessoa trans não-binária, de vinte anos, bissexual, negro, nordestino (nascido em Recife-PE), compositor, estudante do curso de licenciatura em música da EMUFRN e bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID). Recorrendo às minhas memórias, no momento da entrevista realizada em 2019, contei que me percebi como pessoa negra e pessoa trans no Ensino Médio.

Eu tava no segundo ano do ensino médio, eu tinha 16 anos, e foi quando eu me decidi que queria me apresentar como Jon para as pessoas. E eu acho que 16 anos, tipo, adolescente, é uma fase bem... conturbada e calhou que todas as minhas identificações surgiram ao mesmo tempo. É... No trabalho que eu apresentei [na disciplina de Metodologia do Ensino Superior], eu falei que, até então, eu tinha uma vida embraquecida. Com 16, eu comecei a ler sobre militância dentro da questão de negritude. E aí, eu comecei a ler sobre transexualidade. Foi quando eu comecei a entender que todo aquele padrão e toda a forma como eu tinha sido criado dentro da minha família, uma família católica, não necessariamente seria o que iria me definir (SILVA, 2019).

Percebemos que a narrativa de Jon sugeriu que seu processo de construção de identidade teve início no seu contato com a negritude. A autopercepção de si como sujeito trans ocorreu em seguida, carregada de dores e embates intrapessoais e familiares. Ao se referir à negritude como constitutiva de sua identidade, Jon ressaltou aspectos de minha vida que foram embranquecidos e que só foram percebidos através de leituras sobre o tema. Por “embranquecimento”, entendemos, a partir de Munanga (2012, p. 38) que é, principalmente, a “assimilação dos valores culturais do branco”.

Conforme Silva (2019), “eu passei muito tempo me sentindo meio ‘o que é que eu sou?’. Eu senti um desconforto, mas eu achei que era questão de autoestima mesmo. Mas

⁹ Esta seção está escrita em primeira pessoa do singular, prezando pela escrita do autore desta comunicação. No entanto, alguns apontamentos que foram construídos colaborativamente estão destacados em itálico.

não era autoestima, sabe? [...] Eu passei vários anos vivendo meio que um vazio de identidade”. A minha aproximação com a universidade no cursinho pré-vestibular ofertado pelo Diretório Central de Estudantes (DCE) da UFRN foi um momento frugal para o empoderamento de minha identidade trans, pois “quando eu entrei aqui na Universidade, eu quis ser como eu sou, sabe?” (SILVA, 2019).

As perspectivas complementares entre negritude e transgeneridade, guiaram minhas escolhas profissionais, no momento do Ensino Médio. Determinado a ingressar no Ensino Superior, cogitei tentar vários outros cursos como Direito, Biomedicina ou Jornalismo para “falar sobre política; vou falar sobre a questão de como os jovens negros vivem” (SILVA, 2019). Todas essas possibilidades refletiram uma época específica de minha vida, pois, na medida em que fui me “descobrir enquanto pessoa, enquanto identidade, eu fui mudando também a área que eu queria” (SILVA, 2019). A minha decisão de ingressar em um Curso Superior de Música “foi tipo se assumir, né?” (SILVA, 2019). A certeza veio da minha experiência em uma banda do Ensino Médio, em que misturei algumas expectativas delineadas pela série *Glee*¹⁰ e pelos filme *High School Musical*¹¹.

Eu sempre gostei de música. [...] Quando eu tinha 9 anos, eu e minha duas primas [tínhamos uma banda]. E aí, eu tocava violão. Eu comecei a tocar violão com nove anos. Aí, uma cantava e a outra fingia que tocava bateria. A gente não tinha instrumento, mas a gente imaginava. A gente imaginava que tava tocando nos cantos, fazendo *show*, só que, na real, a gente tava na sala da minha vó. Era bem legal. Só que aí, né, a gente vai crescendo e as pessoas: “Ah, música não dá futuro! você pode fazer isso como *hobby*”. Com 16 anos, eu entrei numa banda, no Ensino Médio, com uns amigos da escola. Depois que a banda acabou, eu continuei nessa *vibe* (SILVA, 2019).

Ao ingressar no Curso de Licenciatura em Música da EMUFRN, comecei a utilizar meu nome social. À época, não havia feito ainda a retificação do meu nome no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA/UFRN), porque “eu [morava] com meus pais [...]. Eu não mudei o nome em nenhum outro documento meu. Minha família não aceita isso. E eu não toco mais no assunto, porque foi uma treta muito grande” (SILVA, 2019). Mesmo sem a mudança no nome da minha matrícula, “[n]enhum professor me desrespeitou. Nunca” (SILVA, 2019). No entanto, é importante ressaltar que, atualmente, tenho vivido situações constrangedoras em sala de aula. Recentemente, comecei a sofrer situações de transfobia e

¹⁰ Seriado estadunidense lançado em 2009 e criado por Ryan Murphy, Brad Falchuk e Ian Brennan.

¹¹ Trilogia de filmes musicais dirigidos por Kenny Ortega.

racismo, por parte dos professores da universidade, o que, na época da entrevista ainda não havia ainda acontecido. Infelizmente, a realidade de não ser desrespeitado não se manteve por muito tempo.

Na entrevista, narrei outros incômodos com algumas disciplinas de seu curso, como o Canto Coral e a divisão binária da voz (voz de homem/ voz de mulher), a qual muito se assemelha, penso, ao uso do banheiro segregado por gênero (banheiros para homens/ banheiros para mulheres).

quando a professora resolvia fazer tipo aqueles ensaios “vamos ensaiar como se estivesse apresentando” e, aí, é aquela apresentação clássica: meninos pra um lado e meninas pro outro. Eu acabava me sentindo desconfortável. Eu ficava lá meio pela questão da voz mesmo. E eu tentava meio que não conectar por gênero. Eu preferia acreditar que ela tava classificando por voz. [...] Essa é uma atividade que incomoda bastante, porque é a mesma ideia... não a mesma, né? Mas é um desconforto parecido com a questão de usar banheiro público. Você vai entrar num banheiro masculino, mesmo que você se sinta identificado por aquilo, mas correndo o risco de você passar por um constrangimento ou passar por um constrangimento também entrando no banheiro feminino, mas você não correr o risco de sofrer algum tipo de agressão. Quando você divide os dois, fica muito... nublado.

Assim que entrei na Graduação, percebi que eu era a única pessoa trans na EMUFRN. Por este motivo, “eu já pensei, muitas vezes, em desistir do curso. Porque, como um curso de licenciatura, você tá lidando com pessoas, escolas, pais e alunos. É algo que me faz pensar como que pais de alunos vão lidar com o professor trans?” (SILVA, 2019). Na minha atuação como bolsista do PIBID e alune de estágio, desenvolvi algumas estratégias. Uma das estratégias básicas foi mudar o nome social para Jo.

Porque se eu falasse “Jon” ia ficar, tipo, nome de menino. Mas você é uma menina. Aí, se você falar “Jo”, a pessoa pensa que é, tipo, um apelido de Joseane... sei lá. Quando alguém perguntava meu nome, eu falava: “É Jo mesmo”. Aí, eu mudava o assunto e não precisava dar muitos detalhes da minha vida, porque é muito invasivo e, sei lá, também não ficava exposto a nenhum tipo de constrangimento, sabe? (SILVA, 2019).

Por ter um corpo marcado pela negritude e a transgeneridade, não há possibilidade de dissociar essas identidades em minha existência, “porque isso envolve o meu corpo, minha identidade e a forma como eu me insiro dentro da sociedade” (SILVA, 2019). Em algumas situações, já senti que meu corpo era “propriedade pública” (SILVA, 2019). Na época da entrevista, narrei algumas situações de racismo e transfobia:

Teve uma vez que eu tava na rua, e uma moça, simplesmente, passou e pegou no meu cabelo, sabe? Eu não conhecia. Eu tava voltando da escola. Ela enfiou a mão no meu cabelo - que era um *black* -, e segurou. “Ah, que cabelo massa!” e continuou andando. E aí, tipo, é exótico? Você acha que pode invadir o meu espaço e tocar em mim, se me conhecer, sem saber quem eu sou? (SILVA, 2019).

Aí, um *boy*, que tava no grupo [de *Whatsapp*], chegou no meu privado e perguntou, tipo: “Você é menina ou menino?”, aí eu falei: “Eu sou trans e meu nome é Jon”. E aí, ele: “você tem um pinto ou uma pepeca?” e eu fiquei, tipo: “Quem é você, cara?! Porque você tá me fazendo essa pergunta? No que isso vai influenciar? Valeu!!!” (SILVA, 2019).

A intersecção das minhas identidades faz com que me sinta como “como um peixe fora d'água, porque... não sei o porquê. Eu continuo tendo essa sensação, desde o primeiro dia de aula até hoje. [...] A sensação que você tá meio por fora. Eu não me sinto parte da Escola [EMUFRN]” (SILVA, 2019). Percebo que há uma resistência no Curso de Licenciatura em Música da EMUFRN em abordar assuntos como gênero e sexualidade. Também observo que alguns colegas de turma do Curso não percebem a relação entre esses assuntos e Música, em especial, questões de transgeneridade e Música, pois dizem “Ah, eu sou professor de música e não preciso saber disso. Pode falar disso lá na novela da Globo¹², mas comigo tá de boa’, sabe? Eu acho que esse tipo de atitude é bem... errada” (SILVA, 2019). Eu refleti:

Que tipo de professor vai ser se você não pensar como pessoa inclusiva? [...] não me lembro de ter visto algo relacionado à Educação Musical como inclusão de pessoas trans ou socialização ou pessoas em situação de marginalização que foram expulsas de casa; suicídio, por exemplo... Eu nunca vi nada relacionado (SILVA, 2019).

O silêncio da instituição sobre questões de gênero, de transgeneridade, de etnicidade, raça e classe social, além dos preconceitos sofridos em sua vida cotidiana, impactam em sua projeção profissional como professor de música. “Isso é o tipo de coisa que eu evito pensar, porque quanto mais eu penso mais eu quero desistir” (SILVA, 2019). Pela ausência de discussões, em todos os níveis de ensino, sobre essas questões, eu afirmo que

não sei se nos ambientes que eu quero estar trabalhando vão estar abertos a esse tipo de pensamento. Porque, não tem esse tipo de discussão. Se não tem discussões simples e básicas, como uma escola pública de coisas simples, básicas, quem dirá trabalhar a transexualidade! [...] Se eu vou poder falar que

¹² A “novela da Globo” referida é *A força do querer* (2017) dirigida por Pedro Vasconcelos. No enredo da novela, foi destacado o processo de transição de gênero de Ivan, personagem de Carol Duarte.

eu sou um professor trans sem um pai tirar um aluno e dizer que eu tô doutrinando, sabe? [...] Então, não olho para frente, porque eu tenho medo, tipo, medo de como vai ser, se vou ter emprego e conseguir trabalhar na área que eu quero, se eu vou ter que trabalhar só como eu sendo artista, fazendo arte e não como professor, por exemplo. É uma grande interrogação (SILVA, 2019).

Apesar de tudo isso, desejo trabalhar em escola pública e com pessoas em situação de marginalização, pessoas marcadas pelas diferenças (SILVA, 2019).

Ao encerrar o momento da entrevista narrativa com professora, propus que “os professores... deveria ter mais atitude deles e abrir as portas pra trazer coisas mais da visão popular, periférica, coisas que a gente diz como marginalização” (SILVA, 2019) e declarei às pessoas trans da música que estão ou que ainda virão:

Pras pessoas trans, eu diria: ter paciência e não desistir. Se entrar e quebrar a cara, não desistir. Pensar como... uma pessoa de resistência mesmo, dentro do ambiente. Pensa que é algo necessário. Se não mudar, se não tiver mudança, se não tiver diversidade, as pessoas vão sempre ser iguais, vão sempre ter o mesmo tipo de pensamento, agir da mesma forma e, se não tiver ninguém diferente pra fazer elas questionarem, não faz sentido, né? Não vai ter crescimento. Continuar aí. Não desistir.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A síntese da narrativa de Jon aqui apresentada nos permitiu pensar na inseparabilidade da constituição de sua identidade negra e trans não-binária e o impacto na formação acadêmica, bem como na atuação delu como docente de música. A universidade, bem como, a escola, se caracterizam como espaços de negociação entre identidades profissionais, identidades sexuais, de gênero e raciais. Evitar perguntas sobre o nome ou trocar de nome (de Jon para Jo) sinalizam estratégias para sobreviver em espaços pensados para corpos hegemônicos (cis, brancos, heterossexuais, sem deficiência). São estratégias de resistência, de existência, de (re)existência.

A flutuação do discurso de Jon, observada na entrevista realizada em 2019, uma vez afirma que já pensou em desistir do Curso de Licenciatura em Música, para logo em seguida, assumir que seu desejo é trabalhar com pessoas em situação de marginalização sugere, conforme percebemos hoje que, apesar de seus receios, há um esforço de querer transformar a aula de música em um espaço acolhedor que contribua na construção de uma educação musical que valorize e aprecie as possibilidades e diversidades.

Acreditamos que seja necessário, portanto, que a universidade assuma um papel agentivo na sociedade, não contribuindo com a invisibilização de discriminações, mas, ao contrário, contribuindo para desnaturalizar estruturas que oprimem pessoas de gênero dissidentes e não-brancas. Depreendemos, dessa forma, que trabalhos como este têm o potencial de contribuir para colocar em evidência outras experiências de vida importantes para repensarmos a formação em música.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR (ANDIFES). V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES - 2018. Disponível em: <<http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconômico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2019.

BENEVIDES, Bruna; NOGUEIRA, Sayonara. *Dossiê: assassinatos contra travestis e transexuais no Brasil em 2018*. Brasília: Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (ANTRA); Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE), 2019.

BENEVIDES, Bruna; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim. *Assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020*. Brasília: Associação Nacional de Travestis e Transexuais, 2021.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Cidadania. *Violência LGBTQfóbicas no Brasil: dados da violência*. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018.

FREITAS, Matheus Silva; OLIVEIRA, Fabrício Roberto Costa. "Uma janelinha, uma luzinha lá no final do túnel". *Revista de Ciências Sociais*, v. 51, n. 3, 2020.

HERINGER, Rosana. Democratização da educação superior no Brasil: das metas de inclusão ao sucesso acadêmico. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, v. 19, n. 1, p. 7–17, 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Divulgação dos resultados do Censo da Educação Superior 2019*. Diretoria Estatísticas Educacionais. Brasília: INEP, 2020. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2020/Apresentacao_Censo_da_Educacao_Superior_2019.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2021.

JESUS, Jaqueline Gomes de. *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos. Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião*. Brasília: Edição da autora, 2012.

JOSSO, Christine-Marie. *Experiências de vida e formação*. São Paulo: Cortez. 2004.

JUNQUEIRA, Rogério. Prefácio. In: LOPES, Maria Auxiliadora; BRAGA, Maria Lúcia Santana (org.). *Acesso e permanência da população negra no ensino superior*. Brasília: SECAD; ONU, 2007.

MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. *Sociologias*, v. 11, n. 21, 2009.

MOTA, Yanaêh Vasconcelos. *Não se nasce professora, torna-se professora: um estudo sobre*

gênero e diversidade sexual no desenvolvimento profissional docente de duas professoras universitárias de violoncelo. Dissertação (Mestrado em Música) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.

MUNANGA, Kabengele. *Negritude: usos e sentidos*. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

OLIVEIRA, Mário André Wanderley; MOTA, Yanaêh Vasconcelos; OLIVEIRA, Wenderson Silva; PAIVA, Luciano Luan Gomes; RIBEIRO, Carlos Antonio Santos; BARBOSA, Francisco Ernani de Lima; RIEDEL, Elke Beatriz; PONCIANO, Ana Clara da Silva; SAMPAIO, Michel Vincent de Oliveira; SAMPAIO, Samara de Oliveira; ESLABÃO, Maurício; FERREIRA, Tarcísio; GAULKE, Tamar Genz. Educação Musical, Diferenças e Interseccionalidade: projetos e ações do GRUMUS em tempos de ultraconservadorismo. In: *XV Encontro Regional Nordeste da Associação Brasileira de Educação Musical*, on-line, ABEM, 2020.

REIS, Dyane Brito. Trajetórias negras importam: histórias de nordestinas(os) egressas de políticas de cotas raciais no ensino superior público brasileiro (2004-2018). *Humanidades & Inovação*, [s. l.], v. 7, n. 25, 2020.

ROSA, Chaiane de Medeiros. Limites da democratização da educação superior: entraves na permanência e a evasão na Universidade Federal de Goiás. *Poíesis Pedagógica*, v. 12, n. 1, p. 240–257, 2014.

SALES, Ana Carolina Moraes. Cotas no ensino superior: a trajetória acadêmica do aluno cotista na UFRN. 2019. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

SILVA, João Batista Xavier da. Estudantes negros e negras no ensino superior e a relação com questões étnico-raciais vivenciadas na universidade. *RECH-Revista Ensino de Ciências e Humanidades –Cidadania, Diversidade e Bem Estar*, v. 4, n. 1, p. 229–246, 2020.

SILVA, Tatiana Dias. *Ação afirmativa e população negra no ensino superior: acesso ao perfil discente*. Brasília, Rio de Janeiro: IPEA, 2020. (Textos para discussão).

SILVA, Jon. *Entrevistas concedidas à Yanaêh Vasconcelos Mota*. 16f., 2019.

SOUZA, Elizeu Clementino de. (Auto)biografia, história de vida e práticas de formação. In: NASCIMENTO, Antônio Dias; HETKOWSKI; Tânia Maria (orgs.). *Memória e formação de professores*, Salvador: EDUFBA, 2007. p. 59-74.

TREVISOL, Joviles Vitório; NIEROTKA, Rosileia Lucia. Os jovens das camadas populares na universidade pública: acesso e permanência. *Revista Katálysis*, v. 19, n. 1, p. 22–32, 2016.

VERGUEIRO, Viviane. *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade*. 2015. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Salvador, 2015.

